



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata 194ª Reunião Ordinária CAE/MG

Ao primeiro dia do mês de julho de dois mil e vinte e um, às quinze horas, através de videoconferência (meet.google.com/nzi-sxez-sak), reuniu-se o Conselho de Alimentação Escolar do Estado de Minas Gerais (CAE/MG) para a 194ª Reunião Ordinária tendo como pauta: 1) Aprovação da Ata 193ª R.O; 2) Orientações sobre as reuniões da RAFA; 3) Prestação de Contas 1º Trimestre de 2021; 4) Assuntos Gerais. Com a presença dos conselheiros: Célia de Lima Carvalho, Maria Nazaré dos Santos; Maria Helena Gabriel; Neuzete Fátima Lima; Múcio Alberto Cordeiro; (representantes dos educadores/Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais/SindUTE/MG); Joseane Maria Pascoal de Moura e Tannia Aparecida da Silva Oliveira (representante da N'Golo-representantes Quilombolas); Ellen Vieira Santos (representante da Sociedade Civil - FETAEMG; Erika Ersinzon; Beatriz Rodrigues Neres Veloso (representantes da Secretaria de Estado da Educação/MG); Luciana Caldeira de Paula Ricardo (representante do Conselho Regional de Nutrição- CRN-9); Marco Antônio David de Melo; Flávia Cristina Fernandes de Araújo (representante de pais e alunos da EE Pedro II e EE Caetano Azeredo); José Antonio do Nascimento (representante da Faspá- Federação de pais e alunos). Como convidado: Fábio Proença - DIEESE- SINDUTE. Tatiane Perri Guimarães Maciel (representante da Secretaria de Estado da Educação/MG); Equipe Executiva: Janete Gonçalves, Júnia Kátia da Silva e Rosimária R. Pinheiro. Ausências justificadas: Umbelina da Conceição Rodrigues; Manoel Rosalvo, Paulo Gustavo Grossi; (representantes dos educadores/Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais/SindUTE/MG); Ercivane Aparecida da Silva Brito (representante de pais e alunos EE Leon Renault). A Presidente Célia de Lima cumprimenta a todos e pede que todos se apresentem, pois temos o conselheiro José Antonio do Nascimento participando pela primeira vez. Após as apresentações, a Presidente Célia inicia a reunião falando que todos receberam a pauta da reunião antecipadamente, e também sobre a Ata da 193ª Reunião Ordinária, realizada em 10 de junho de 2021, para leitura e considerações. Todos concordam com a Ata, aprovando sem ressalva. Fala também, sobre algumas Atas e o Plano de Ação que precisa ser assinado, esse último teria de ser assinado por todos os conselheiros, titulares e suplentes e posteriormente encaminhado para a SEE. A Presidente Célia fala que não participou da última reunião por problemas particulares e, fala sobre a reunião da RAFA, que é um grupo temático de parceria entre a UFMG e vários grupos de organizações sociais, em prol da construção de canais de produção, e de comercialização de produtos da agricultura familiar para uma alimentação saudável. E há também a previsão de se fazer uma live para apresentação dos assuntos discutidos no grupo. A Presidente Célia pede

para passar para o próximo ponto de pauta que é a Prestação de Contas 1º Trimestre de 2021, e passa a palavra para a conselheira Beatriz, que inicia a apresentação da planilha, com o Demonstrativo Sintético para os 3 primeiros meses, da Prestação de Contas. Diz que em janeiro não houve crédito. Tivemos um crédito de R\$2.018,23, com restituições de R\$759,51, totalizando um total de Receita de R\$22.749.441,67. No mês de fevereiro, tivemos repasse de 2 parcelas, em uma única vez no valor de R\$ 28.110.974,08. Na aplicação, tivemos um rendimento financeiro de R\$3.375,02. Tivemos de restituições um valor de R\$ 11.121,53. Totalizando um valor de R\$ 50.618.220,08. No mês de março, obtivemos mais uma parcela de R\$3.906.836,84, com rendimentos financeiros no valor de R\$12.253,66. De pagamentos indevidos, tivemos R\$4.844,23. Totalizando uma receita de R\$53.007.434,91. Nesse 1º Trimestre tivemos um total de pagamento de R\$39.459.535,53. Lembrando que tivemos um saldo do ano de 2020 no valor de R\$22.749.633,93. E como resultado final do 1º Trimestre, em créditos e pagamentos, em 31/03/2021, de R\$23.829.311,53. Um total de 394.331 unidades de Kits distribuídos, o total de escolas que responderam foi de 3.532. E atualmente já estamos no 3º Kit na maioria das escolas, algumas escolas ainda estão distribuindo o no 2º Kit de alimentação. Possuímos 36 escolas que não receberam o repasse das parcelas do FNDE no 1º Trimestre, por Regional: em Almenara, Araçuaí, Governador Valadares, e Diamantina- 1 escola em cada município; Guanhães - 2 escolas; Juiz de Fora - 3 escolas; Metropolitana A - 14 escolas; Metropolitana C - 1 escola; Montes Claros - 2 escolas/; Muriaé - 1 escola; Nova Era - 1 escola; Teófilo Otoni - 5 escola; e Uberaba - 3 escolas. E fala que a SEE já entrou em contato com essas escolas, porque houve troca de gestores, alguns estavam com problemas na atualização da Certificação, e já reforçamos a importância de estar fazendo as compras através da Regional e também resolver as pendências junto as escolas, seja através de diligência ou por esse processo da Certificação dos Gestores. E continua a apresentação dos valores total empenhados, valores pagos, percentual de parcelas pagas. Fala também que irá anexar o gráfico das escolas que não receberam o repasse das parcelas do PNAE no 1º Trimestre. Diz que não colocou o 2º Trimestre que já finalizou, porém na próxima reunião trará esses dados, e esse terá um impacto maior. E nesse momento, passa a palavra para a convidada Tatiane, representante da DISE, que reforça que essa tabela é atualizada semanalmente, as informações são referentes desde janeiro, e atualizadas. A Presidente Célia pergunta ao convidado Fábio (representante do DIEESE) se ele fará algum questionamento. Ele responde que ainda fará a análise, e pergunta à conselheira Beatriz se ela tem a tabela das escolas, no que ela responde que sim. E principalmente das 36 escolas que não receberam pagamento nesse 1º Trimestre de 2021. O convidado Fábio pergunta à conselheira Beatriz se ela conseguiu a tabela das escolas do ano de 2020, com os CNPJs e códigos. A conselheira Beatriz diz que enviará, assim como o convidado Fábio está solicitando. A Presidente questiona o motivo das escolas que não receberam repasses, pergunta se há um relatório com os nomes das escolas, com a justificativa? A conselheira Beatriz diz que não colocou o nome de todas, pois nem todas responderam. E fala que as regionais estavam no dia anterior num intensivo para fechar o PDDE, porém até o final da semana, ela terá essas justificativas. E além disso, o FNDE deu outra oportunidade para quem estava inadimplente, para

corrigir, e diz que deu um prazo para essas escolas responderem ao questionário, algumas escolas até preencheram, mas houve mudança de gestores, e não havia nenhum responsável para responder às questões burocráticas. A Presidente Célia pergunta se há algum risco dessas escolas ficarem um longo período sem receber os recursos, já que houve casos em que algumas escolas ficaram até 9(nove) meses sem receber, e isso pode acarretar prejuízos também no percentual dos 30% da Agricultura Familiar, e conseqüentemente ocorrer a devolução de recursos da Agricultura Familiar. A conselheira Beatriz diz que estão se esforçando para não deixar acontecer, principalmente com escolas da Metropolitana A, que ficaram sem receber o repasse, e afetou na oferta da alimentação escolar. E a SEE tem feito sua parte, com pagamentos até o 5º dia útil, solicitando às regionais para que caso as escolas que não estão conseguindo fazer a aquisição regional, para que essas consigam. E a responsável Técnica do PNAE na SEE/MG, Tatiane fala que desde maio, as SRE's vem sendo cobradas mensalmente, e explica que o dia em que o FNDE libera o pagamento, a SEE dá um prazo de 5(cinco) dias úteis, é feito a atualização do sistema, e cada Nutricionista do Órgão Central está responsável por acompanhar todos os pagamentos. As escolas que não estão no percentual adequado, a SEE encaminha e-mail para a Regional com os nomes das escolas e o percentual, solicitando à elas a justificativa. Fala que dentre essas escolas que não receberam, a justificativa foi justamente a troca de Gestor, e alguns relataram que, por conta da pandemia, os processos ficaram mais lentos do que o de costume, e todo mês, essas escolas estão sendo cobradas. A Presidente Célia pergunta como fica os alunos que não receberam os Kits por conta desses problemas. A conselheira Beatriz responde que por conta das parcelas extras, algumas dessas escolas podem até conseguir oferecer os Kits, não é uma situação que possa voltar a acontecer, pois para o 2º trimestre seria prejudicial. A responsável Técnica do PNAE na SEE/MG, Tatiane, fala que as regionais já estão sendo cobradas, pelo fato de falarem que houve troca de gestor, a SEE quer saber se a regional está comprando, algumas relataram que ainda não compraram, mas que estavam em fase de finalização do processo de regularização e que a partir desse mês de julho já estaria tudo regularizado e os Kits seriam adquiridos e entregue aos alunos. A Presidente Célia pergunta se algum conselheiro quer fazer questionamentos. A conselheira Maria Nazaré fala que em São João Del Rei ainda não foi distribuído nenhum Kit, pois tem neta que estuda na rede estadual e ainda não receberam, somente a rede municipal, no que a Presidente Célia fala que em Carandaí, cidade onde reside, já distribuíram 2 Kits. A responsável Técnica do PNAE na SEE/MG, Tatiane fala que pelas orientações feitas às regionais, já era para estar entregando o 2º Kit, até o final de junho e início de julho. E que a SEE está acompanhando as entregas, as orientações foram repassadas às regionais, mas a justificativa é sempre que houve atraso no processo de aquisição nas Chamadas Públicas, por conta das ondas vermelhas anteriores, por isso a dificuldade de entregar dentro do prazo, porém todos responderam que estão no processo de finalização. A Presidente Célia passa a palavra para o convidado Fábio. Ele diz que a respeito do saldo do PNAE, relembra que ano passado, o Conselho deu a ideia de repartir esse saldo, para que as escolas adquirissem os Kits, e foi decidido que a SEE entraria em contato com o FNDE para ver se seria viável. Pergunta como anda essa conversa. A

responsável Técnica do PNAE na SEE/MG, Tatiane fala que parece que será feito sim, não sabe se veio alguma resposta ao Conselho, mas solicitaram fazer uma previsão de saldo por modalidade de ensino médio de alunos, e estão analisando a proposta, mas ela confessa que ainda não recebeu resposta de quando é para se fazer. O conselheiro Múcio fala que sua preocupação é com relação aos alunos que ainda não receberam o Kit, e gostaria que não acontecesse de nenhum aluno ficar sem o Kit, e diz que sabemos que os prejudicados são os que estão do lado de lá, que são os estudantes e familiares. E diz que é importante que deem as respostas e que estas sejam condizentes com as perguntas realizadas, e pergunta, sobre o retorno híbrido, qual será a posição e adoção de política do Estado com relação à Kit e outros meio, e como farão com os estudantes que não estarão presentes. Ele diz que quer saber a lógica, se só receberá o Kit quem estiver presente, como farão, pois não é justo retirar esse Kit, já que o estudante estará presente em uma semana e na outra, não. Tem que se repensar uma forma de se atender à essa realidade que é nova, e hoje o Governo anunciou que mesmo com a Onda Vermelha, as aulas retornarão, e todos sabem o resultado disso, que não é um retorno pedagógico, e sim, ideológico, porque em nada irá contribuir para vida dos estudantes, é piorar para a vida do trabalhador, que ficará mais difícil, temos que cobrar uma resposta da SEE em relação à essa situação e como proceder. E diz que com relação à kit, acompanhou hoje a entrega do 1º Kit em uma escola, e ainda não tem processo para compra do 2º Kit. O diretor não teve orientação de como proceder, e diz que o diretor falou que somente hoje recebeu orientação da nutricionista. A Presidente Célia diz que teve uma pergunta da conselheira Ellen Vieira, através do chat. Ela quer saber quem gerencia os repasses do PNAE, se é a Caixa Escolar da própria escola? E pergunta à responsável Técnica do PNAE na SEE/MG, Tatiane, se ela responderá essa pergunta. A conselheira Beatriz responde que sim, pois os termos são emitidos em nome da Caixa Escolar, é a escola que gerencia as compras de acordo com as necessidades nutricionais de cada região. A responsável Técnica do PNAE na SEE/MG, Tatiane diz que para clarear mais, já que a conselheira Ellen entrou recentemente, explica que a SEE recebe o montante total, é feito os Termos de Compromisso com cada escola para repassar os recursos de acordo com o número de alunos e modalidade de ensino. A conselheira Ellen pergunta se é o mesmo valor para todos. A responsável Técnica do PNAE na SEE/MG, Tatiane, responde que o valor percapta é de acordo com a modalidade de ensino e região. Tem um valor para o EJA, para o Ensino Regular, um valor para o Integral, outro para o Fundamental, outro para o Integral Médio. A Presidente Célia pergunta se há mais algum questionamento. A conselheira Maria Helena diz ouviu o que o conselheiro Múcio falou sobre a declaração feita pela Secretária de Educação Júlia Sant'Anna, sobre a volta às aulas. E diz que em Uberaba, a situação está um caos, além da onda vermelha, não tem leitões, e pergunta quem fará a alimentação para os alunos que estiverem em sala de aula, por exemplo, se em um turno tiver 50 alunos, se fará alimentação para esses 50 alunos? E pergunta como ficará essa situação toda. Cada dia irá um número de alunos, como fará? Muitos pais irão mandar seus filhos um dia, e no outro não mais. Como ficarão? Essa é a pergunta. E segundo o depoimento da Secretária de Educação, mesmo onde estiver em Onda Vermelha, as aulas retornarão. E diz que não

precisamos gritar para o mundo como está a situação da cidade de Uberaba, com relação ao COVID. A Presidente Célia diz que as orientações que obteve até o momento, é que, mesmo com o ensino híbrido, mesmo para aqueles que não frequentarão as aulas, a distribuição dos Kits permanecerá. A responsável Técnica do PNAE na SEE/MG, Tatiane, responde que a orientação é que mesmo os alunos que estiverem presentes em sala de aula, esses receberão alimentação na escola e ainda o Kit. Ou pelo menos, para os alunos que não estão presenciais, haverá manutenção dos Kits. A conselheira Beatriz entende a preocupação da conselheira Maria Helena até por questão de desperdício, pois a escola terá de comprar alimentos para se fazer para os alunos presenciais, e a questão é o desperdício, pois se hoje tem 50 e amanhã somente 20, como farão com os alimentos em estoque nas escolas? A Presidente Célia pergunta aos conselheiros Mucio, Maria Helena e Maria Nazaré, que são diretores estaduais do SIND-UTE, e professores das escolas estaduais, eles estarão trabalhando presencialmente e também estarão com o ensino remoto, a pergunta é: receberão em dobro, trabalhando em duas formas distintas? A conselheira Maria Helena responde que com certeza não receberão em dobro. E diz que o SIND-UTE irá fazer um Conselho Estadual, no dia 17 de julho, onde os conselheiros irão definir pela Greve Sanitária, pois quando a Secretária de Educação dá essa entrevista de retorno às aulas, prova que ela não tem respeito algum pelos profissionais. Não estão zelando por alunos, pais de alunos, professores, e também que, não são todos os profissionais da Educação que receberam a Vacina, em Uberaba, não são todos que receberam a 2ª dose. E estamos trabalhando em nossa região pela Greve Sanitária. E conforme declaração da Secretária de Educação, a escola que tiver sala ociosa, poderá trazer todos os alunos, isso quer dizer que não é ensino híbrido, isso será um caos. Porque a pergunta é: essa sala de aula estará sob a responsabilidade de quem? Quem ficará olhando os alunos enquanto o professor estará andando pelas salas de aula, os professores estão se perguntando: eles estarão em sala de aula e ao mesmo tempo na internet, porque se tiver aulas em outro horário, não dará certo, pois o professor não receberá duas vezes. Diz que já compraram novos computadores, melhoraram a internet, porém foi uma lástima isso tudo. Agora, trabalhar duas vezes, é impossível. Temos que lutar pela nossa Greve sanitária. Deixar de temer e pensar na própria vida e saúde, porque todos em Uberaba já estão falando na 2ª CEPA, o que para ela já está para mais do que isso. E os professores trabalharão duas vezes, e ficará por isso mesmo? O conselheiro Mucio diz que o momento está difícil, e ficará pior e não melhorará em nada, só vai dobrar o trabalho. E para alguns, a aula começa é dentro dos ônibus, que às vezes está a 30 ou 40 km de distância. E pergunta, quem controlará esses alunos dentro do transporte escolar? A conselheira Maria Helena fala que não temos ASB's, foram contratadas muito pouco, e diz que duvido que essas ASB's ficarão correndo atrás dos alunos para verificar se eles estão lavando as mãos, usando máscaras, álcool em gel, sabemos que isso não acontecerá, pois não daremos conta disso. Que os alunos irão brincar de máscara dentro das escolas, isso se não trocarem até de máscara dentro da escola. E ressalta que esse retorno será um arraso total. O conselheiro Mucio diz que tem escolas em Araçuaí que não tem água, a escola recebe água por caminhão pipa, uma vez por semana. Tem escolas com até 60 alunos, com dois ASB's, o mesmo que

lava o banheiro é o mesmo que prepara os alimentos. A conselheira Maria Helena fala novamente que na cidade de Uberaba há uma escola que não tem refeitório, as crianças se sentam no chão para se alimentar, são crianças que ainda levam lancheiras, sucos, os alunos se sentam em frente à sala dos professores, e quando tem que se passar entre eles, é preciso ficar saindo fora dos pratos que eles colocam no chão. A Presidente Célia diz que o conselheiro José Antônio perguntou se mudamos o tema da reunião, que era sobre a Prestação de Contas, das caixas escolares, dos kits. E responde ao conselheiro que fazemos parte de um grupo muito diversificado, aqui tem representantes profissionais da educação, quilombolas, agricultores familiares, pais de alunos, o CAE faz análise da Prestação de Contas dos recursos utilizados na alimentação, quando saímos para visitas em escolas em tempos normais, nós verificamos todos os aspectos relacionados a alimentação, a infraestrutura da escola, se tem ou não refeitórios, equipamentos como geladeiras, freezer, copos, pratos, educação faz parte também a questão da educação na alimentação, então analisamos todos os aspectos, e esse momento em que estamos, é atípico, não estávamos preparados para isso, por isso nos preocupamos também com a questão da pandemia, da possível infecção no ambiente escolar, e se as escolas têm equipamentos, os Kits de proteção para enfrentarmos esses momentos de retorno às aulas presenciais, E ressalta que fez visitas em algumas escolas, que aliás, tem registro de fotos, e em uma dessas escolas, registrou os equipamentos de proteção individuais que o Estado forneceu às escolas estaduais, e que não são equipamentos adequados para esse momento. E fala, que inclusive era para os conselheiros terem participado da elaboração dos Protocolos Sanitários para um possível retorno as aulas presenciais e, no entanto, não fomos convidados pelo Governo do Estado para participar, mesmo tendo sido solicitado a participação. E mostra fotos da escola em Carandaí, EE Gentil Pereira Lima, que inclusive, viu as máscaras inadequadas que são disponibilizadas aos conselheiros pelo Governo quando das visitas em escolas. Mostrou também as fotos dos dispenser de álcool em gel, produtos para higiene pessoal e limpeza das mãos. A conselheira Maria Helena diz que recebeu de um diretor escolar em Patos de Minas que mostrou os materiais de uso pessoal, como aventais que são muito finos, luvas que não cabem nas mãos dos profissionais. E respeitando a fala do conselheiro José Antônio, os conselheiros estão envolvidos em tudo. Nesse momento o CAE faz parte de um todo, e temos que passar essa realidade e o que estamos vivendo. A Presidente Célia continua falando sobre os kits de uso pessoal, as máscaras são feitas de TNT, muito finas. A conselheira Flávia, que inclusive é diretora da EE Pedro II, diz que os responsáveis pela aquisição desse epi's são os próprios diretores escolares, e que poderiam adquirir esses epi's de duas formas: através do recurso de manutenção e custeio, para as escolas que não receberam o recurso emergencial, ou através do emergencial para as escolas que receberam, para que se comprasse esses epi's, de acordo com o Checklist vindo da SEE, como termômetro, luvas, máscaras, dispenser de álcool, e ressalta que o Estado não mandou esse Kits de epi's para as escolas, os diretores é que tiveram de comprar. A conselheira Flávia pergunta à Presidente Célia se nessas escolas onde ela fez as visitas, foi o Estado que mandou os epi's, ela responde não, os diretores receberam os recursos, porém insuficiente para comprar as

máscaras melhores, N95 ou a KN95, que são as ideais. A conselheira Maria Helena diz que então há escolas que estão recebendo valores diferenciados, pois em algumas eles compram os melhores epi's, e a outra recebe um recurso menor, e compra os epi's inferiores. A Presidente Célia diz que, inclusive essa escola tem dois tipos de máscara, uma de tecido e de outro material. E segundo a diretora, no início do ano era recomendado a utilização de máscara de tecido, depois vieram orientações de infectologistas para comprarem máscaras adequadas para poderem estar em locais com público, porque essas oferecem uma proteção maior, e alguns professores irão comprar de seu próprio recurso, a máscara que oferece proteção maior, mas a grande maioria, tanto de professores quanto de alunos irão utilizar as máscaras que são mais finas, para o ensino presencial. A conselheira Beatriz fala que pelo vivenciado na Diretoria de Prestação de Contas, não houve essa diferença de recursos para as escolas, o que houve foi que, das quase 3.500 escolas, somente 3.200 receberam o PDDE, que é o auxílio emergencial, e esse recurso emergencial, que vai direto para a escola, como a conselheira Flávia disse, que poderiam comprar esses epi's melhores para os profissionais da educação que estavam fazendo os trabalhos presenciais, comprar os dispenser de álcool, comprar as placas de sinalização no chão, para localização dos alunos, que inclusive foi encaminhada orientação do próprio FNDE para cada escola, porém tivemos em torno de 300 escolas com pendências, daí o Governo Federal não liberou esse recurso, veio liberar esse ano, mesmo assim um valor muito inferior, e por não receberam o auxílio emergencial, o PDDE, a orientação para as escolas que não receberam o recurso de R\$3.000,00, foi solicitar para a SEE ou para a SRE um aditivo para essa manutenção e custeio, que é específico do estadual, para alinhar essa questão de recurso para o retorno presencial, e a questão da saúde, não somente dos alunos, mas também dos professores e toda equipe escolar. Isso justificando que não houve diferença de valores, somente esse gargalo de recursos do PDDE emergencial. A convidada RT pelo PNAE em Minas Gerais, Tatiane pede a palavra e fala que quando as escolas solicitam esse aditivo para manutenção e custeio, é feito para a DISE (Diretoria de Suplemento Escolar), e que se os conselheiros quiserem se informar sobre os valores repassados, podem solicitar à diretora da DISE, a conselheira Valéria, que não está presente nesta reunião, responderá a todos. O conselheiro Mucio diz que a preocupação nesse momento é a disponibilidade dos produtos que se necessita naquele momento, e muitos fornecedores vendem um produto e entregam outro, sabemos dessas dificuldades, mas esperamos que a responsabilidade não recaia sobre os diretores. E não estamos preparados nesse momento para avaliar o que é bom ou ruim. E acrescenta que independente da qualidade dos epi's, não é o momento de se retornar as aulas, sabemos que não temos controle sobre os alunos, se usarão ou não. E mais, como controlar uma Van Escolar em que todos se sentam um ao lado do outro? É muito séria essa situação, e mesmo que esses equipamentos atendessem as necessidades básicas, mesmo assim, ainda não é o momento de retorno às aulas. Diz que sabemos onde isso vai dar. Será um caos, sem a menor infraestrutura de saúde para atender a população. E diz mais, que esse retorno híbrido não melhorará em nada o ensino, em que uma semana tem aula na escola e outra em casa, e sabemos que nosso país não oferece uma melhor situação para os

estudantes, muito menos para os profissionais da educação, não estamos em país de primeiro mundo, essa é a nossa realidade. A população é carente, tem famílias que tem um aparelho celular para a família toda, como os pais irão acompanhar os estudos dos filhos se às vezes falta até comida para eles, muito menos pagar uma internet, como acompanhar site da Secretaria, são coisas absurdas. Fala que é uma falta de compreensão de quem está numa sala com ar condicionado com quem está em sala de aula sem até ventilador, nós precisamos que o Governo saiba de fato o que acontece dentro das escolas, onde não tem água, banheiro todo quebrado, e querem o retorno às aulas, o problema está aí, o Ministério Público do Trabalho nos deu condições de visitar as escolas, é uma pena que não podemos visitar todas. E quando visitamos, o que vemos é terrível. Diz que há muitas escolas em obras, mas como o aluno voltará para a escola com pessoal em obra, quebrando tudo, reformando, qual a condição dessa escola, falta responsabilidade por parte do Governo, depois irá transferir a responsabilidade para o diretor, e fala que a Secretária de Educação disse que os gestores foram preparados, ele discorda dessa fala, e pergunta se o Governo deu condições?. E fala para virem para o chão das escolas, e somente quem visita as escolas, é que sabe as condições das escolas do nosso estado. Temos muitas escolas boas, massa temos muito mais escolas precisando de reformas, fora o problema do transporte escolar, os alunos transitando para todos os lugares sem nenhuma condição. O problema é muito sério, a maior parte de contaminados por Covid são nos povoados, onde a família é muito grande, e todos transitam sem máscaras, pois não há nenhuma cobrança do poder público, não tem controle, e ressalta que é muito sério o que está vindo por aí. E precisamos nos preparar para isso. Inclusive o CAE/MG tem que se preparar, pois ele é que acompanha a alimentação escolar, e o que se vê é: a ASB que limpa o banheiro é a mesma que prepara o alimento, qual é a condição dessa pessoa? Uma escola sem água, qual é a condição dessa escola? Tem condições de se manter limpa uma escola que não tem sequer água? Não se pode comparar o Brasil com países de primeiro mundo. Nossa realidade é outra. O convidado, Fábio Proença -DIEESE, justifica que saiu um pouco da reunião e não sabe o que foi falado sobre ficará a alimentação escolar nesse período das aulas em sistema híbrido, já que será uma semana presencial e outra remota, se os kits serão divididos pela metade e se esse assunto já foi resolvido. A convidada Tatiane Guimarães Perri Maciel -responsável técnica do PNAE MG, diz que parece que sim, porque a SEE estava discutindo o assunto nessa semana, ela só não sabe se já tem a resposta para todos como será, porém eles estavam em discussão sobre o assunto. A Presidente Célia diz que fez o registro sobre as máscaras e os equipamentos de segurança sanitária porque, o que ela percebeu nas escolas em que ela fez visitas em Carandaí, foi uma preocupação muito grande, por parte dos diretores, em organizar as escolas da forma como foi orientada pela SEE e que algumas escolas já tinham colocado dispenser para álcool gel, os banheiros com produtos adequados para higienização, tudo feito dentro das possibilidades que os recursos poderiam suprir, e que eles estão se organizando para a volta às aulas presenciais, mas o Conselho tem consciência que os recursos que foram disponibilizados não deu para comprar todos os equipamentos pois não são suficientes. O conselheiro Múcio fala que a orientação que foi passada não foi atendida sobre as

dúvidas que houve e que é preciso cobrar do Governo sobre melhores orientações porque já está previsto para a volta no dia 12 desse mês. A secretária Executiva Janete pergunta para a Presidente Célia Lima se ela quer que mostre as fotos que foram feitas nas escolas que ela visitou e os kits montados ,e ela pede que mostre , e explica que ainda tinha um kit montado porque o aluno não tinha indo buscar porque estava viajando, mas as escolas conseguiram distribuir todos os kits., disse ainda que ela teve a oportunidade de ir à escola duas vezes, primeiro quando estava montando e depois quando já tinha entregue e que isso aconteceu porque nessa escola a diretora estava trabalhando sozinha como responsável porque ela está sem vice-diretora e a supervisora está em trabalho remoto e no primeiro dia a diretora estava afastada com suspeita de Covid-19, mas foi só suspeita e então ela voltou depois, por isso conseguiu fotografar esse único kit que restou. Mostrando outras fotos, mostra o forro de uma cozinha que tinha teto de telha de amianto e forrado com madeira fina, cheia de buracos e dali cai muita sujeira. É uma escola que está em obras, só que os recursos são suficientes para apenas uma parte da obra. A cozinha precisa de uma reforma urgente. Pelo teto esburacado pode cair sujeira sob a alimentação que está sendo preparada, tem também botijão de gás dentro da cozinha e se houver um acidente, como tem material inflamável, por ser teto de madeira fina, gera um incêndio. As paredes da cozinha precisam de azulejos e o piso não está bom, além de ter botijões de gás na cozinha e no refeitório dessa escola. Essa escola precisa de obras emergenciais para poder adequar os espaços, pois tem móveis amontoados numa área que poderia ser usada como refeitório., já que o refeitório não cabe todos alunos juntos. Não tem pia para higienização das mãos e só tem um tanque para limpeza geral e uma pia para lavar as vasilhas e tem um balde para limpeza dentro da pia. A estrutura física da escola está muito ruim, pintura descascando, precisa adequar os banheiros para a higienização sanitária como também o refeitório. A caixa d'água é de amianto e a água é usada nos banheiros e para fazer a alimentação. Essa escola é a EE Gentil Pereira, em Carandaí. Como esse assunto necessita de maiores discussões, a Presidente Célia pede para a Secretária Executiva Janete deixar esse assunto para a próxima reunião. E destaca também sobre a reunião que participou ontem (30/06/21) que teve como pauta o PNAE, organizada pela FETAEMG,e que teve a participação das conselheiras, Beatriz Neres e Ellen Vieira Santos , como também da Tatiane Guimarães Perri Maciel -responsável técnica do PNAE MG. A Secretária Executiva Janete passa para os Assuntos Gerais: 1ª questão -Atualização da legislação do CAE MG, já foi encaminhado, o processo está em andamento na SA. Tem a minuta do Decreto e agora está aguardando a avaliação do jurídico para fazer o encaminhamento para publicação. Outro assunto seria a denúncia da escola do Caiçara - E.E. Caio Nelson, só que o CAE encaminhou Ofício para a SEE fazendo questionamento mas, o ofício ainda não foi respondido, o Conselho já obteve a resposta através da convidada Tatiane, porém é necessário formalizar essa resposta através de ofício para o CAE. A Presidente Célia explica que foi a denúncia feita diretamente para o FNDE, e que foi repassada pela Fátima Menezes do FNDE ao CAE, e ela repassou para SEE através da convidada Tatiane. Outra questão seria sobre a vídeo conferência com as SREs, já estamos em contato com o setor responsável, o qual solicitou a pauta e a Secretária Executiva Janete

trouxe o assunto para ser discutido com os conselheiros. A Presidente Célia diz que fez uma sugestão de pauta e passou para o e-mail da Secretária Executiva Janete e quer mais sugestões de todos os conselheiros. A sugestão dela foi que, segundo os relatórios da SEE, se pode observar que são várias Regionais que não conseguiram fazer a distribuição ou, até mesmo, a entrega dos kits alimentação e o questionamento é: onde está a dificuldade e a experiência do sucesso da entrega desses kits, outra sugestão é o protocolo para o início das aulas presenciais. Ela pergunta se alguém tem mais sugestões. E questiona ao conselheiro Múcio sobre a sugestão que ele havia feito anteriormente, e ele responde que a sugestão interessante seria sobre a Agricultura Familiar, já que tem Regionais que está tendo problemas e não está conseguindo cumprir o percentual mínimo exigido e também sobre a compra centralizada deve vir à tona, porque essa proposta precisa ser mais flexível, já que tem regionais que estão flexibilizando e outras nem tanto, parece que o Governo não está conversando com o próprio governo e porque está tendo tanto atropelos e seria bom para ver o que precisa se esclarecer melhor. A conselheira Maria Helena acha que precisa mostrar melhor a importância do Conselho como parceiro das regionais, porque além de fiscalizar ele é parceiro e está contribuindo para se ter uma Alimentação Saudável respeitando o direito de todos os alunos, porque a comunidade escolar não conhece o verdadeiro papel do Conselho, ela também concorda com conselheiro Múcio sobre a Agricultura Familiar, mas acima de tudo, a importância do Conselho para contribuir nesse papel em falar, e da importância da Agricultura Familiar. O conselheiro Múcio acha interessante a atuação do Conselho dentro do processo de construção e do processo da política da Alimentação Escolar, onde a maior parte de diretores de escola tem uma dificuldade de entender que o Conselho tem uma função estratégica e ao mesmo tempo é fundamental e também o poder, enquanto instituição no processo de Alimentação Escolar e que isso é importante. A conselheira Maria Helena disse que, na verdade, os diretores escolares e os Superintendentes tem que ver o Conselho como parceiro fiscalizador, que quando verificar algo errado, ajudará a resolver e encontrar a solução, pois foi o que ela sentiu quando visitou, junto com a conselheira Neuzete, uma escola em Belo Horizonte e a diretora disse que o Conselho só vai lá para fiscalizar e ela respondeu que não é só esse o papel dele, pois ele fiscaliza e orienta para encontrar uma forma de resolver a situação, porque se vier a Vigilância Sanitária vai dar problema para a escola e ela perguntou à diretora o que ela preferiria, uma fiscalização e orientação ou denúncia e interdição da Vigilância Sanitária. Alguns diretores não conseguem fazer essa diferença, então é muito importante deixar isso esclarecido. Agora é só formular e colocar em pauta essa questão. A Presidente Célia acha uma ótima sugestão. E pergunta para a convidada Tatiane e para a conselheira Beatriz se nessa reunião poderemos esclarecer às SREs sobre o protocolo da volta às aulas. A Conselheira Beatriz diz que acha interessante ver com o pedagógico e a convidada Tatiane informa que agora tem na SEE uma Superintendência que faz essa articulação e seria bom que eles pudessem participar também, porque no momento, são eles que passam as orientações para as regionais, e ela poderá participar e auxiliar no que for possível. A Presidente Célia faz uma solicitação para que o CAE envie um ofício para a SEE sobre a questão da alimentação escolar e sobre o

modelo de ensino híbrido e como a SEE realizará esta reunião. A Secretária Executiva Janete encaminhará para o setor responsável o que foi pedido. Outro ponto é sobre as assinaturas das atas anteriores, porque tem sete atas pendentes. E pergunta à Presidente Célia se pode enviar o Plano de Ação, apesar de que nem todos assinaram, até o momento temos 18 assinaturas, 12 de conselheiros titulares e 6 de conselheiros suplentes. E a Presidente Célia pergunta o que os conselheiros acham, lembrando que o pedido dos equipamentos depende desse encaminhamento. Os conselheiros Múcio e Tannia acham que devem encaminhar sim. E então a Secretária Executiva Janete diz que vai encaminhar. Outro ponto a ser discutido é sobre a indicação da suplente da conselheira Ercivane e da conselheira Andreia. E como estava aguardando nome da indicação da suplente da conselheira Andreia, que ainda não há ninguém para indicar junto com a suplente da Ercivane. A Presidente Célia pergunta se a indicação do nome sugerido pela conselheira Beatriz não teve retorno da escola de Ribeirão das Neves e a Secretária Executiva Janete diz que não conseguiu o retorno e pergunta se pode fazer uma indicação aleatória e a Presidente Célia diz que sim e então ela entrará em contato e solicitará uma indicação. E por último, a Secretária Executiva Janete fala sobre os e-mails encaminhados sobre os aditivos da alimentação por tempo integral e sobre a 4ª parcela dos recursos estaduais que foram liberados e também que encaminhou a Prestação de Contas para o convidado Fábio (representante do DIEESE) para fazer as análises. Fala também sobre o encaminhamento que a conselheira Valéria e fez para o Conselho sobre a contratação do moto-boy, que foi falado na última reunião, e também foi encaminhada a Ata 193 para a avaliação dos conselheiros para serem analisados e depois darem o retorno. Sem nada mais a acrescentar, a Presidente Célia agradece a presença de todos e encerra a reunião. Belo Horizonte, 01 de julho de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Neuzete Fátima de Lima, Conselheiro(a)**, em 08/09/2021, às 13:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Nazaré dos Santos, Conselheiro(a)**, em 08/09/2021, às 13:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tannia Aparecida da Silva Oliveira, Conselheira**, em 08/09/2021, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Rodrigues Neres Veloso, Conselheiro(a)**, em 08/09/2021, às 14:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Caldeira de Paula Ricardo, Conselheiro(a)**, em 08/09/2021, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Erika Ersinzon, Nutricionista**, em 08/09/2021, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Célia de Lima Carvalho, Servidor (a) Público (a)**, em 08/09/2021, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Josiane Maria Pascoal de Moura, Conselheiro(a)**, em 08/09/2021, às 21:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mucio Alberto Cordeiro Alves, Conselheiro**, em 08/09/2021, às 21:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Helena Gabriel, Conselheiro(a)**, em 08/09/2021, às 21:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flavia Cristina Fernandes de Araujo, Conselheiro(a)**, em 10/09/2021, às 08:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marco Antônio David de Melo, Conselheiro**, em 10/09/2021, às 09:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Janete Gonçalves, Secretário(a) Executivo(a)**, em 19/10/2021, às 15:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ellen Vieira Santos, Conselheira**, em 04/11/2021, às 10:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Antônio do Nascimento, Conselheiro**, em 19/11/2021, às 16:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **34908327** e o código CRC **8BB20D88**.